

4

Populismo e liberalismo econômico

4.1.

O pensamento econômico liberal brasileiro em meados do século XX

Este capítulo analisará as contribuições da vertente liberal do pensamento econômico brasileiro para a compreensão do fenômeno do populismo no período de 1945 a 1964 de três brasileiros que se destacaram por suas idéias afinadas com as do liberalismo. São eles: Eugênio Gudín Filho, Octavio Gouvêa de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos.

Pela atuação e influência que tiveram, tanto no campo acadêmico quanto na vida pública, considero-os representativos da visão do pensamento econômico liberal sobre o fenômeno populista. Aqui serão estudados, prioritariamente, os textos por eles produzidos que tratam do período estudado neste trabalho, de 1945 a 1964, e no início do regime militar, tendo em vista que foi neste período que mais fortemente ficou marcada, na visão destes pensadores, a influência do populismo econômico sobre a sociedade brasileira.

Bielschowsky os lista entre os pensadores representantes do neoliberalismo e à direita do desenvolvimentismo (Bielschowsky, 2004: 7), enquanto Barreiros reconhece seu papel de liderança daquilo que chama de elite intelectual reformista moderno-burguesa, classificando-os como “a tríade de intelectuais-sênior, bastiões mantenedores da coerência dos princípios fundamentais identificadores da elite” (Barreiros, 2006: 164). Embora a perspectiva economicista destes pensadores fosse claramente hegemônica, quando vista de uma forma mais ampla (cf. Bresser-Pereira, 1984), havia algumas diferenças entre eles, dependendo de sua maior ou menor aproximação com temas tais como o liberalismo econômico clássico, sua propensão a aceitar o envolvimento do Estado, e suas análises sobre a inflação. Apesar do fato de admitirem um limitado envolvimento do Estado no processo de desenvolvimento, suas teorias e práticas procuraram marcar a importância de uma visão ortodoxa e liberal da economia, tanto como ciência, quanto na execução de políticas públicas.

A existência de um pensamento econômico brasileiro é enfatizada por Mantega e Rego: “[...] para o bem ou para o mal, os pensadores e gestores da economia ganharam, nos últimos 40 anos, um enorme espaço político e têm participado das decisões mais importantes da República brasileira” (Mantega e Rego, 1999: 28). E este pensamento econômico brasileiro pode e deve ser inscrito no campo de reflexão das Ciências Sociais. Afinal, a teoria econômica não é uma ciência exata, que faria do futuro uma fatalidade histórica. Ela também é resultante “da ação prática dos grupos sociais e dos indivíduos, que se movem e intervêm dentro da latitude que as circunstâncias lhes oferecem” (Mantega e Rego, 1999: 29).

A crise internacional e as transformações econômicas, políticas e sociais que se seguiram aos anos 30 do século XX enfraqueceram a tradição da ideologia econômica brasileira liberal. Em consequência, a ideologia liberal teve de passar, no Brasil, por transformações que viabilizassem sua ação frente à nova realidade. Os economistas liberais preocupavam-se, primordialmente, em defender o sistema de mercado, e dois aspectos caracterizaram sua posição: eram partidários da redução da intervenção do Estado na economia brasileira e manifestavam-se a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro. O principal núcleo de militância intelectual dos economistas liberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pouco depois de sua criação, em 1944, Eugênio Gudim e Octavio Gouvêa de Bulhões formaram uma divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Em 1952, a equipe passou a dirigir a revista *Conjuntura Econômica*, da FGV.

Daniel de Pinho Barreiros, em sua tese de doutoramento, enfatiza a produção de intelectuais que se rebelavam contra as diversas manifestações de populismo econômico no Brasil:

Pouco espaço para dúvida havia entre as elites intelectuais moderno-burguesas quando o assunto referia-se à necessária ruptura com o projeto desenvolvimentista, juntamente com seu “corolário”, o “populismo latino-americano”. A adesão ao movimento civil-militar de 1964, [...] evidenciava o entendimento de que dentro dos marcos do desenvolvimentismo, a obtenção do “bem maior”, prevista como orientação geral dos princípios fundamentais da elite, jamais seria possível. Com a mesma atenção mantiveram em observação a administração econômica após-1964, certos de que a luta contra o populismo e contra o projeto desenvolvimentista dependia de constante vigilância que pudesse impedir sobrevivências ou recaídas (Barreiros, 2006: 280-281).

Gudin é considerado o mentor, tanto de Bulhões, como de Campos. Estes pensadores preocupavam-se com a inflação, os déficits orçamentários, e as distorções e subsídios que prejudicavam a formação de preços e a alocação mais eficiente dos recursos produtivos. Eduardo Raposo, em sua tese de doutorado, chama a atenção para a importância que teve, no Brasil, o relacionamento pessoal das elites burocráticas, relacionamento este capaz de compensar a fragilidade do nosso sistema institucional. Raposo mostra que a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade do Brasil (onde lecionaram Gudin, Campos e Bulhões) e o Núcleo de Economia, liderado por Gudin e que se formou nos anos 40 na Fundação Getúlio Vargas, também no Rio de Janeiro, serviram de base para a sinergia que existiu nos quadros que colaboraram nas políticas econômicas do governo Castelo Branco (Raposo, 1997: 109). O ideário liberal que lhes servia de postulado redundava em propostas econômicas que visavam, primordialmente, à estabilidade monetária. A preocupação com a inflação era imensa, e ela era vista como causa principal dos déficits externos.

4.2.

Eugênio Gudin: um liberal ortodoxo

Eugênio Gudin Filho nasceu em 1886, e morreu em 1986, no Rio de Janeiro¹. Formou-se em Engenharia, em 1905, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Passou a interessar-se por economia na década de 20 e, entre 1924 e 1926, publicou seus primeiros artigos sobre matéria econômica no *O Jornal*, do Rio de Janeiro, do qual também foi diretor. A partir da década de 30, passou a integrar importantes órgãos técnicos e consultivos de coordenação econômica criados pelo governo federal. Participou da fundação, em 1938, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, posteriormente (1945) incorporada à Universidade do Brasil, instituição na qual exerceria o magistério até aposentar-se, em 1957.

Seu pioneirismo no ensino superior de economia no Brasil foi reconhecido ao ser designado pelo ministro da Educação do primeiro governo

¹ Para informações adicionais sobre a vida de Gudin ver Bielschowsky (2001) e Barreiros (2006).

Vargas, Gustavo Capanema, a redigir, em 1944, o projeto de lei que institucionalizava o referido curso no país. Na década de 40, nos debates travados no interior dos órgãos técnicos do governo federal, Gudin apresentava-se como um crítico das medidas econômicas protecionistas. Adepto do monetarismo ortodoxo, para Gudin os problemas da economia brasileira deveriam ser enfrentados por um rígido controle da inflação, baseado na redução de investimentos públicos e na restrição ao crédito. Em 1944, foi escolhido delegado brasileiro à Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, que decidiu pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Entre 1951 e 1955, representou o governo brasileiro junto ao FMI e ao BIRD (Barreiros, 2006).

Primeiro ministro da Fazenda do governo Café Filho, entre agosto de 1954 e abril de 1955, Eugênio Gudin herdou uma difícil situação econômica, agravada pelo decreto de Vargas, de maio de 1954, concedendo um aumento de 100% no salário mínimo. Gudin comprometia-se com um plano de estabilização e com o corte dos déficits do governo, vistos como os principais responsáveis pela inflação. Sua capacitação era reconhecida internacionalmente: “a escolha de Gudin, questões políticas internas à parte, relacionava-se ao seu prestígio junto à comunidade financeira internacional” (Saretta, 2008a). Já em setembro, Gudin viajou para Washington para o encontro anual do Banco Mundial e do FMI, no qual pretendia informar sobre o programa de combate à inflação que iria lançar. A reação das esquerdas logo se fez sentir: “Os críticos ‘nacionalistas’ no Brasil aproveitaram a sua viagem para atacar Gudin, pela sua missão de ‘pedinte’, dizendo que sua política monetarista ortodoxa resultaria em estagnação econômica” (Skidmore, 1976: 199).

As ações de Gudin mais significativas na sua tentativa de controle monetário foram a de reduzir consideravelmente as reservas monetárias, ao aumentar o saldo de caixa mínimo exigido aos bancos comerciais, assim como a obrigatoriedade do recolhimento da metade de todos os novos depósitos na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), o órgão monetário nacional. As restrições tiveram conseqüências rápidas e duras: em novembro de 1954, o Banco do Brasil foi chamado a fazer adiantamentos a diversos bancos, no sentido de aplacar o pânico que se criou após o fechamento de dois bancos em São Paulo. No início de 1955, Café Filho cedeu a pressões no sentido de fazer mudanças na

política de restrição creditícia. Em abril de 1955, antevendo que os compromissos políticos de Café Filho trariam danos irreparáveis ao seu programa antiinflacionário, Gudin demitiu-se (Skidmore, 1976).

Era fundamental, para Gudin, a necessidade de se manter a previsibilidade do valor da moeda. Uma moeda corroída pela inflação, rejeitada pelos agentes econômicos, deformaria os investimentos, inviabilizando o planejamento das empresas e prejudicando o desenvolvimento econômico:

Era indispensável cuidar da moeda, para que ela constituísse um instrumento de troca que não prejudicasse em vez de facilitar as transações, tanto do Comércio e da Indústria, como do consumidor. Porque uma moeda que muda a toda hora de valor de modo imprevisível, que no fim de uma semana já vale menos do que valia quando recebida, sobre a qual não se pode orçar coisa alguma por prazo superior a meses ou mesmo a semanas, que favorece uns e prejudica outros, em vez de ser neutra, que dá lugar a injustiças sociais, que deforma os investimentos, que distorce e prejudica o desenvolvimento econômico, é profundamente prejudicial ao país (Gudin, 1965: 15).

A busca da estabilidade deveria ser feita com o maior rigor possível, mas sem utilizar-se da deflação, por seu impacto negativo sobre o nível de emprego, a produção e a arrecadação: “O que importa é o restabelecimento do equilíbrio. Assim, os dirigentes da economia de um país, que decidem pôr termo aos males causados pela inflação, devem limitar-se a fazer cessar essa inflação, e nunca a proceder a uma deflação” (Gudin, 1965: 17).

Fiel às suas idéias, marcadas pela defesa incondicional do liberalismo econômico, bem como em suas críticas à utilização exacerbada da política fiscal no sentido arrecadatário e às teorias econômicas keynesianistas que legitimavam os déficits públicos, Gudin cita Milton Friedman² ainda ao tempo em que as

² Milton Friedman (1912-2006) nasceu e morreu nos Estados Unidos. Filho de imigrantes, iniciou sua carreira na Universidade de Columbia. Em 1946 foi para a Universidade de Chicago, ocupando o cargo de professor de Economia. Foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1976. Por meio de uma combinação entre os valores monetaristas e os ideais clássicos do liberalismo iria produzir trabalhos marcados pela luta em favor de um governo avesso ao intervencionismo na economia e pela firme defesa das liberdades individuais. Em *Capitalismo e liberdade*, publicado em 1962, expôs os principais argumentos e propostas: a reafirmação da liberdade individual como o valor fundamental de qualquer sociedade; a necessidade de um consenso na definição de quais são valores mínimos comuns a esta sociedade, com a conseqüente limitação do uso da democracia; a necessidade de limitar as funções que deveriam ser do domínio dos governos; o uso de controles monetários e fiscais como sustentáculos do funcionamento de uma sociedade livre; a defesa da descentralização; e a utilização de políticas visando à proteção temporária, como o imposto de renda negativo. Ponto importante para o enfoque monetarista dos liberais contemporâneos é a preferência pela ação sobre a microeconomia ao invés de ações na macroeconomia, ou seja, a rejeição da política fiscal em favor de uma administração fiscal

teorias de John Maynard Keynes³ eram politicamente incontestadas:

Contra o uso e abuso da política fiscal tem-se insurgido ultimamente o eminente professor Milton Friedman, declarando que ‘de todas as ferramentas à disposição do Governo, a mais importante e de mais rápida ação é, de muito, a arma monetária, inteligentemente utilizada, a tempo e a hora’ e que os Keynesianos têm confiado demais nas medidas fiscais e subestimado a influência da política monetária. Sua previsão de que nos Estados Unidos a sobrecarga de 10% no Imposto de Renda seria ineficaz, sem o complemento do descongestionamento monetário, prova ser verdadeira. Conquanto as idéias de Friedman sejam consideradas por demais radicais pela maioria dos grandes economistas americanos, suas idéias sobre a política monetária têm tido indiscutível repercussão (Gudin, 1974: 258).

O círculo vicioso das seguidas emissões de papel-moeda foi denunciado por Gudin, ao analisar o governo Kubitschek (1956-1961). Durante este governo, o Congresso Nacional autorizou aquelas emissões como forma de financiar o déficit público, o que era visto por Gudin como um ato irresponsável por parte do Estado e gerador de pressão inflacionária, por vir acompanhado de mais despesas do governo: “Enquanto o Congresso Nacional puder votar despesas sem indicar as fontes de receita correspondente, não poderá haver equilíbrio nas contas financeiras da União” (Gudin, 1965: 53).

Ao emitir dinheiro com o objetivo de cobrir suas despesas, o governo estaria desvirtuando as qualidades básicas de uma economia de mercado, entre as quais, a da livre concorrência. Nenhum outro setor estaria em condição de concorrer com o poder de um governo que assim agisse. Acontece que, assim procedendo, o governo incentivava a pressão por aumento de salários, lucros e

(*monetary rule*). Friedman assegura que medidas fiscais tais como mudanças na política de impostos ou aumento dos gastos governamentais têm pouca influência nas flutuações dos ciclos de negócios. Um constante e moderado incremento da oferta de dinheiro oferece a melhor expectativa para se assegurar um cenário futuro com crescimento econômico constante e baixa inflação. A expansão monetária deve ser fortemente controlada, impedindo que o governo possa decidir sobre créditos, subsídios ou investimentos, e agindo na prevenção dos seus efeitos inflacionários.

³ John Maynard Keynes (1883-1946) nasceu e morreu na Inglaterra. Foi um dos mais importantes economistas do século XX. Fortemente influenciado pela crise de 1929, iria defender a intervenção do Estado na economia, principalmente nos momentos de crise. Suas reflexões, explicitadas principalmente no livro publicado em 1936, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, teriam forte impacto no pós-Segunda Guerra. Apesar de apoiar a economia orientada ao mercado, identificava, no entanto, falhas na “mão invisível” que poderiam ser corrigidas pontualmente pela ação do governo. Suas principais preocupações eram o desemprego e distribuição da riqueza: “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (Keynes, 1983: 253). O seu intervencionismo tinha como principais características: estimular o investimento na produção; reduzir os juros, diminuindo o interesse pelas aplicações financeiras; e redistribuir renda via forte taxação de lucros.

juros, o que tenderia a reequilibrar o processo em outro patamar de preços. Esta prática utilizada continuamente levaria a uma inflação crescente:

Quando o governo emite papel-moeda, para fazer isso ou aquilo, é claro que o simples fato da criação do dinheiro não importa na realização das obras e sim em uma tentativa de realizar. Resta saber se a tentativa é ou não coroada de êxito. O artifício consiste em criar dinheiro para com ele arrancar do público os materiais e a mão-de-obra necessários às obras governamentais. Com os bolsos cheios de dinheiro, passa o governo a por eles oferecer preços e salários mais altos, de modo a arrancá-los das mãos do público que não pode pagar os mesmos preços. Tal é o mecanismo da inflação produtiva, que – no dizer de seus adeptos – transfere bens e serviços do consumo do público para os investimentos que darão a grandeza do Brasil! (Gudin, 1965: 32).

O dinheiro ficava mais disponível, pois, além das emissões feitas pelo governo, estávamos diante de uma “flexível” política salarial. No intuito de alcançar ganhos políticos imediatos, os governos com orientação populista lançam mão de aumentos salariais acima da produtividade do trabalho, melhorando o bem-estar dos trabalhadores no curto prazo, sem levar em consideração as conseqüências de longo prazo de tais políticas. Esta lógica populista produz distorções, pois o excesso de demanda provocado por estas políticas salariais não tem uma contrapartida no aumento da capacidade produtiva. O aumento artificial dos salários reais provoca fortes desequilíbrios, que prejudicam a situação dos trabalhadores em termos de ganhos reais e emprego⁴. Esta disponibilidade da base monetária era o diferencial que catalisava a espiral inflacionária, pois:

*A alta dos preços é devida, muito principalmente, ao incremento da procura, decorrente das emissões e dos enormes aumentos de vencimentos e salários. O negociante de hoje não é mais ganancioso do que o de 30 anos atrás, quando os preços eram estáveis. A diferença é que, naquele tempo, as tentativas de elevação dos preços eram frustradas, porque o consumidor se recusava a pagá-los por não ter o dinheiro. Hoje os preços sobem porque o dinheiro foi suprido pelo jato das emissões e dos aumentos de salários (Gudin, 1965: 20)*⁵.

⁴ Esta intervenção do Estado na fixação de salários sem levar em conta os valores de mercado é vista, pelos liberais contemporâneos, como uma agressão à livre formação de preços, e o salário seria um destes preços. Para eles, o mercado é uma ordem que se dá em função da interação entre os indivíduos que dele participam, ações estas que estão apoiadas no seu entendimento sobre a realidade que os cerca. Como esta realidade não pode ser totalmente captada e varia de indivíduo para indivíduo, o conhecimento tem falhas e as ações nele baseadas levam a erros e conseqüências nem previstas nem desejadas. Defrontados com os erros e as conseqüências não intencionais da ação humana, os indivíduos atualizam o seu conhecimento, através de um processo de aprendizado que, uma vez mais, vai depender da forma de ver a realidade de cada um. No mercado existe o sistema de lucros e perdas, um mecanismo impessoal que tende a alocar os recursos disponíveis da forma mais lucrativa. Este sistema de preços maximiza a eficiência na produção.

⁵ Artigo publicado em *O Globo* em 03 de abril de 1961.

Gudin foi uma voz combatente contra o populismo salarial, visto como um excesso demagógico que, em vez de procurar atender aos princípios de eficiência e utilidade, satisfazia necessidades políticas imediatistas. Para ele, a fixação dos salários-mínimos, a partir de 1954, em níveis consideravelmente mais altos do que os da capacidade de produção do país, trazia como consequência uma elevação dos preços e do custo de vida. Estes aumentos de preços e custos levavam, inevitavelmente, à anulação de quaisquer vantagens imaginadas pelos supostos beneficiários:

Na Revista Brasileira de Economia de dezembro passado e em vários artigos tenho-me referido à diferença entre ‘inflação de demanda’ (demand pull) e ‘inflação de custos’ (cost push) oriunda esta da ‘inflação de salários’. O que adianta esforçar-se o Ministro da Fazenda por conter a expansão do crédito bancário e por atingir o equilíbrio orçamentário, se o Ministro do Trabalho, em uma desbragada, estéril e ilusória política de aumentos insustentáveis de salários, eleva os mínimos e os demais, muito acima do que permite a melhoria da produtividade, empurrando conseqüentemente os custos e, portanto, os preços para cima? (Gudin, 1965: 56-57) ⁶.

4.3.

Octavio Gouveia de Bulhões: um liberal pragmático

Octavio Gouveia de Bulhões nasceu em 1906 e morreu em 1990, no Rio de Janeiro⁷. Fez parte de grupo de intelectuais que deu início aos modernos estudos da economia brasileira. Bacharel em Direito, foi atraído para os estudos de economia pelo contato com o livro de Adam Smith⁸, *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*, que o influenciaria ao longo de sua carreira. Na década de 30, a convite de Luiz Simões Lopes, presidente do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), órgão criado por Getúlio

⁶ Artigo publicado em *O Globo*, em 12 de dezembro de 1960.

⁷ Para mais informações relativas à vida de Octavio Gouveia de Bulhões, ver Saretta (2008b) e Bulhões (1990).

⁸ Adam Smith (1723-1790) nasceu e morreu na Escócia. O pensamento e as idéias existentes no livro acima citado estudaram, de forma sistemática, o desenvolvimento do comércio e da indústria na Europa, ao mesmo tempo em que atacava as doutrinas mercantilistas. Nele também está contida a interpretação de Smith sobre como a concorrência e o interesse próprio, usados de forma racional, podem conduzir ao bem-estar comum. Sua obra é um dos mais importantes trabalhos intelectuais em defesa do livre comércio e do capitalismo.

Vargas, foi aos Estados Unidos, onde estabeleceu contatos com importantes professores norte-americanos de economia, dentre os quais se destacam Harry Dexter White (1892-1948), que, posteriormente, representou os Estados Unidos no FMI, de 1946 a 1948, como diretor executivo, e Jacob Viner (1892-1971), professor de Economia da Universidade de Princeton, que foi um crítico das posições da CEPAL em relação ao desenvolvimento econômico da América Latina (Bulhões, 1990: 21). Esta vivência, associada às leituras que fez, principalmente da obra do economista sueco Knut Wicksell⁹, marcaria boa parte de suas idéias sobre Economia e de seus escritos mais importantes (Saretta, 2008b: 111). Na sua trajetória profissional, como funcionário do Ministério da Fazenda notabilizou-se pela ação em favor da criação de aparelhos regulatórios na área monetária, com destaque para a Sumoc, que serviria de base para a posterior criação do Banco Central do Brasil. Acredito que esta sua dedicação à criação de órgãos regulatórios deve ser vista como coerente com sua visão liberal de priorizar a administração fiscal, com ênfase para as ações destinadas a agir sobre a microeconomia, e que privilegiassem o bom funcionamento do mercado.

Vale lembrar que em dois momentos importantes da vida econômica brasileira Bulhões agiu a favor da criação do Banco Central. Em 1945, criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que, embora não tivesse exatamente o mesmo papel de um banco central, desempenhou uma função importante na administração pública nacional. Mais tarde, em 1964, a SUMOC se revelaria a base para a criação do Banco Central, também por inspiração de Bulhões (Saretta, 2008b: 114).

Tanto como professor universitário de Economia, quanto como ministro da Fazenda (no governo Castelo Branco, de abril de 1964 a março de 1967), os trabalhos publicados por Bulhões têm como eixo central a preocupação com as questões monetárias e com a inflação brasileira (Saretta, 2008b: 112). Deixando explicitada sua certeza de pensador liberal com relação à inexistência de atalhos para o desenvolvimento, Bulhões faz uma apaixonada defesa dos ideais do liberalismo clássico, citando as características que deveriam ter os países que procuram progredir:

⁹ Knut Wicksell (1851-1926) nasceu e morreu na Suécia. Conforme destacado pelo próprio Bulhões: “Foi Knut Wicksell, um extraordinário economista da Suécia, não suficientemente conhecido nos países em desenvolvimento, que deu ênfase à mudança de escala de produção como característica do investimento e assinalou o acréscimo de produtividade como fonte do lucro” (Bulhões, 1969: 35).

Os países que progridem são aqueles cuja população se dedica ao trabalho árduo e inteligente. Árduo porque não esmorece ante a presença de obstáculos, inteligente porque é capaz de remover obstáculos. Trabalho inteligente é o que resulta de estudos, pesquisas, experiência, meditação. As improvisações levam ao desperdício. Tornam inútil o esforço despendido. Mas o bom aproveitamento do trabalho, através da contribuição científica, não dispensa a pertinácia no produzir e no acumular. Os países que progridem são os que elevam a renda nacional por meio de repetidos e crescentes investimentos (Bulhões, 1969: 25).

A importância que é dada à transferência de recursos do consumo para o investimento procura salientar o papel básico do financiamento deste investimento pela via da poupança. Bulhões destaca que estes investimentos destinam-se ao aumento da capacidade de produzir bens e, como consequência, ao aumento da renda dos indivíduos (Bulhões, 1969: 37). A forte presença do Estado na economia de um país é vista por Bulhões como um obstáculo intransponível à livre formação de preços pelo mercado. Nos países em desenvolvimento, mesmo onde deveria atuar, o Estado atuaria de forma oposta ao desejável:

Todos nós sabemos que o Estado, nos países subdesenvolvidos, intervém consideravelmente no domínio econômico e precipuamente na formação dos preços de mercado. [Nos países desenvolvidos] os governos se empenham em impedir que os monopólios deturpem a relatividade dos preços dos bens e serviços. E, acima de tudo, se esforçam para manter a estabilidade do valor da moeda, condição básica para a expressividade econômica do sistema de preços. [...] Nos países subdesenvolvidos, o mercado de preços não tem liberdade de funcionamento e funciona mal, exatamente porque o Estado intervém desastrosamente no domínio econômico e sobretudo porque as autoridades ainda não se capacitaram do precípua dever de preservação do valor da moeda. Ao contrário, estão inclinados a admitir que a preocupação com o valor da moeda é contrária ao progresso (Bulhões, 1960: 111-112).

Era, no entanto, pragmático com relação à importância que o Estado poderia ter no sentido de alavancar o desenvolvimento em certas circunstâncias, mormente em ambientes de desaceleração econômica. “A intervenção do Estado como empreendedor tem razão de ser quando se está passando por uma fase depressiva, por uma fase de difícil remuneração dos empreendimentos” (Bulhões, 1990: 31-32).

A consequência inevitável para uma economia em que não houvesse estabilidade monetária seria uma baixíssima taxa de poupança, uma vez que os agentes econômicos procurariam se livrar da moeda desvalorizada. Para Bulhões,

em assim agindo, os agora improváveis investidores na produção passariam a alocar seus recursos de maneira conflitante com o interesse geral. Isto porque o ambiente desfavorável, por incerto, das aplicações em longo prazo, leva à aplicação dos recursos em empreendimentos que proporcionem resultados imediatos. Este imediatismo torna-se prioritário em vista das circunstâncias desfavoráveis aos planejamentos econômicos e financeiros de longo prazo. Haveria, também, outra distorção na alocação dos recursos: aquela que resultaria numa opção exagerada para bens de raiz que proporcionem garantia patrimonial. Esta conseqüente insuficiente formação de poupança traria a redução dos investimentos, com seus conhecidos efeitos nefastos para o crescimento econômico:

Com a intensificação da desvalorização monetária, procura-se acumular bens, tornando mais acentuado o conflito entre o interesse individual e o interesse social. Produtores e consumidores adquirem bens de raiz e bens duráveis com o fim de se precaverem contra a queda do valor da moeda. A preferência que se observa em favor do consumo sobre a poupança é extraordinária. Não se trata de aumentar as compras por uma propensão ao consumo, como se costuma dizer, trata-se, simplesmente, de defesa contra a queda do valor da moeda (Bulhões, 1960: 74).

A importância da formação de poupança é salientada por Bulhões. Defendendo a meritocracia, explica que em qualquer sistema econômico, salários superiores são, normalmente, destinados aos indivíduos com capacidade acima da média. Quando um indivíduo recebe um salário superior ao comumente recebido, ele passa a dispor de um poder de compra maior. Caso ele aplicasse todo o seu excedente em consumo, provavelmente haveria um desperdício de recursos, principalmente se estivermos diante de um quadro de excesso de demanda. Para que se possa assegurar um desenvolvimento harmônico da economia, far-se-ia necessária a aplicação de parte do excedente salarial no financiamento de investimentos. Acontece que, para que seja atraente a alternativa de poupar, há que se remunerar a poupança e salvaguardá-la dos perigos inflacionários. Ao afirmar que o ambiente inflacionário alimenta a especulação, tirando o foco da eficiência administrativa e inviabilizando a poupança que permitiria a acumulação de capital necessária ao crescimento econômico brasileiro, Bulhões chama a atenção para as ações populistas:

Mas não será com atitudes demagógicas que chegaremos a resultados satisfatórios. Se enveredarmos pelo caminho da violência, acabaremos combatendo o consumo, sem acelerar os investimentos; condenaremos a especulação, sem destacarmos a eficiência; extirparemos o joio e o trigo, sem cuidar de separá-los. Evitemos generalizar o que, na verdade, constitui exceção. É freqüente entre escritores brilhantes exagerar um defeito parcial e transformá-lo em acontecimento global. O campo econômico é fértil a tais generalizações porque os cientistas não acompanham a economia, uma vez que não lhes seduz a imprecisão de seus fenômenos. O grande público, menos exigente na perfeição dos fatos, também não acompanha a economia porque seus fenômenos não são explicáveis com a singeleza das parábolas evangélicas. É, portanto, um campo propício à deturpação, capaz de iludir os cientistas, enganar o público e açular os demagogos (Bulhões, 1969: 52).

Fica claramente marcada a oposição que Bulhões quer enfatizar entre o pensamento liberal, em que os benefícios do crescimento econômico somente podem ser alcançados a longo prazo e com labuta incessante, e o pensamento dos populistas, com seu discurso voltado à realização das satisfações populares a curto prazo. Aqui ele estaria explicitando suas preocupações com a dificuldade de se convencer a maioria da população sobre a necessidade da aceitação do pensamento liberal.

4.4.

Roberto Campos: um liberal na política

Roberto de Oliveira Campos¹⁰ nasceu em Cuiabá, em 1917, e morreu no Rio de Janeiro em 2001. Ingressou no serviço diplomático em 1939. Participou, com Eugênio Gudin, da Conferência de Bretton Woods, em 1944, quando foram criados o Banco Mundial e o FMI. Obteve o grau de *Master of Arts* na Universidade George Washington, em 1947. Trabalhou no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek, quando teve participação importante no Plano de Metas. Exerceu os cargos de Embaixador do Brasil em Washington no governo João Goulart, e em Londres, no governo Geisel. Apoiou o movimento de 1964 e foi nomeado ministro do Planejamento no governo Castelo Branco. Foi o primeiro Diretor Econômico do atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, no qual também exerceu os cargos de Presidente e Superintendente. Foi senador por Mato Grosso de 1983 a 1991, e deputado federal

pelo Rio de Janeiro de 1991 a 1999 (Perez, 1999).

Durante o início de sua carreira, Roberto Campos defendeu uma moderada intervenção estatal na economia, desde que ligada ao desenvolvimento e em conjunto com o setor privado e sem preconceitos contra o capital estrangeiro. Com a aceleração do gigantismo estatal e da burocratização no Brasil durante os subseqüentes governos militares, muito especialmente no governo Geisel, assumiu a posição de liberal econômico ortodoxo e passou a defender que um país só pode ter liberdade política com liberdade econômica.

Convenceu-se de que o estatismo é trágico e empobrecedor quando foi embaixador em Londres, nas décadas de 1970 e 1980 e testemunhou o programa de privatização da economia inglesa, empreendido por Margaret Thatcher¹¹. Ex-keynesiano, na década de 70 foi influenciado pelas idéias do economista austríaco Friedrich August von Hayek¹², a quem conheceu em Londres. Conforme nos conta Campos, seu contato com Hayek marcou-o profundamente, fazendo-o chegar à conclusão de que os governos teriam três tarefas essenciais a cumprir. A primeira, seria a de controlar a inflação, porque esta, ao não ter sido votada, era antidemocrática, além de especialmente cruel com os mais pobres. A segunda tarefa dos governos seria a de promover a universalização da educação básica. Por último, aos governos caberia a proteção aos desvalidos, no intuito de garantir a coesão social (Campos, 2008).

Em maio de 1978, quando embaixador em Londres, recebi a visita do professor Eugênio Gudin. Homenageei-o com um jantar, para o qual convidei lorde Robbins, o tutor de várias gerações da London School of Economics, e o grande liberal austríaco Friedrich Hayek. Este presenteou-me com seu livro autografado “New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas”, que acabara de sair do prelo. E chamou-me atenção para o Capítulo

¹⁰ Para mais informações relativas à vida de Roberto de Oliveira Campos ver Perez, 1999.

¹¹ Margareth Thatcher (1925-) foi Primeira-Ministra da Inglaterra, de 1979 a 1990.

¹² Friedrich August von Hayek (1889-1992) nasceu na Áustria e morreu na Alemanha. Recebeu o prêmio Nobel em Economia em 1974. Seu livro *O caminho da servidão*, lançado em 1944, é considerado o manifesto que lança o movimento neoliberal. Neste livro, Hayek empreende uma pregação em favor da individualidade e de um mercado livre e processador de preços, e contra qualquer tipo de planejamento central, seja do tipo socialista, seja do tipo keynesiano. Sendo um cético, não admite a possibilidade de qualquer grupo de homens estar habilitado a dirigir os destinos de uma sociedade. Os erros seriam menores, ou pelo menos imparciais, em uma sociedade não planejada ou centralizada. Entre os discursos de Hayek em *O caminho da servidão* (1944), por um lado, e *A constituição da liberdade* (1960) e *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política* (em três volumes, lançados na década de 70), por outro, há uma mudança de alvo. Se, no primeiro livro seu ataque está centrado no planejamento centralizado e no marxismo, nos outros dois é o Estado de bem-estar social o maior inimigo da liberdade.

5, que começa com uma confissão: há dez anos, se preocupava ele, infrutiferamente, em entender o sentido da expressão “justiça social”. Desde então, se passaram mais de três lustros, Hayek faleceu e sou eu que continuo perplexo ante o terrível encantamento dessa expressão, hoje obrigatória em nosso discurso político. O princípio basilar do liberalismo (e também do capitalismo) é que a primeira propriedade do homem é o seu corpo, com as suas faculdades. É seu primeiro direito o exercício dessas faculdades até o ponto em que não prejudique o direito de terceiros (Campos, 2008).

A questão da desigualdade foi analisada por Campos a partir da expressão “justiça social”, discutida, naquele livro por Hayek. Campos afirmava que esta expressão é desprovida de sentido. A ausência de critérios claros para que se faça a distribuição desta justiça, bem como para a definição de quem a distribuiria, faria com que, em uma sociedade de homens livres, todos se julgassem injustiçados.

Dois problemas surgem: destrói-se a liberdade e diminui-se a eficiência global, pois esta vem precisamente do esforço de cada um de desenvolver ao máximo suas faculdades. [...] Donde concluir Hayek que a noção de justiça social deve ser substituída pelo conceito de “normas justas de conduta”. As regras do jogo é que devem ser justas; o resultado será sempre diferente, dependendo das faculdades e do esforço de cada um. Se “justiça social” significa igualizar os resultados, é uma mágica besta, um simples “atavismo” do discurso político, como dizia Hayek. Se o significado é igualizar as condições, o objetivo é também frustrante, porque as famílias são diferentes; e, a não ser que se queira destruir a organização familiar [...], os indivíduos crescerão em condições desiguais. A única tarefa realista para os governos é procurar melhorar as “oportunidades”, ou antes, remover obstáculos para que os indivíduos exerçam ao máximo as faculdades que Deus lhes deu. (Campos, 2008).

A dificuldade em conciliar o aumento do desenvolvimento, o combate à inflação, e uma mais equitativa distribuição da renda, é vista por Campos como um grande óbice: “eis a cava angústia e o áspero desafio da questão salarial” (Campos, 1969: 200). Enxergava nos países subdesenvolvidos dois enfoques que se salientam no trato da questão salarial: o populista, e o que chamou, à época, de tecnocrático. Este procuraria utilizar as receitas do liberalismo, mas teria dificuldades de se implementar de forma ortodoxa: “Lutando contra a inércia de uma longa tradição populista, o enfoque tecnocrático teve limitada aplicação no Brasil, a partir de meados de 1964” (Campos, 1969: 202). Campos lembra que a solução liberal para acabar com a pobreza está na criação de riqueza: no processo de criação de riqueza haveria uma melhora no nível de vida. Para os liberais, há dois tipos de pobreza, e, para cada um, as soluções têm que ser diferentes. Há a

pobreza dos desvalidos que, pelos mais diversos motivos, não estão em condição de entrar no mercado de trabalho. O liberal reconhece que para estes deve ser encontrada, por cada sociedade, uma rede de proteção abaixo da qual ninguém seja permitido cair, sendo, portanto, uma obrigação do Estado, que para este fim poderia legitimamente tributar, cuidando apenas de não desestimular os incentivos à produção, pela conseqüente dilapidação da base tributária. Um exemplo desta proteção é a renda mínima, sugerida por Friedman. Outro tipo de pobreza é a conjuntural: apesar de capaz de trabalhar, o indivíduo não consegue trabalho e se torna pobre. O liberal considera que para resolver este problema faz-se necessário criar mecanismos que favoreçam ao investimento, que criará empregos. Está se referindo a um ambiente de liberdade para investimentos e movimentação de capitais (Campos, 1994).

Foi o pensamento de Gudin, no entanto, que mais fortemente influenciou Campos: “Gudin foi talvez a maior influência em minha formação profissional” (Biderman, Cozac e Rego, 1997: 37). Nesta entrevista, Campos comenta que Gudin ia na contramão das teses hegemônicas da época, sendo um ferrenho crítico dos monopólios estatais, do relaxamento em relação à estabilidade monetária e intransigente defensor da idéia clássica liberal de que o Estado deveria atuar basicamente nas funções de segurança, justiça, educação e saúde (cf. Biderman, Cozac e Rego, 1997: 37).

Mas, é contra o enfoque populista que Campos vai argumentar. Ele seria mais distributivo do que produtivo, pois, ao pregar excessivos reajustamentos dos salários, que excederiam de forma desproporcional os aumentos de produção e produtividade, estaria alimentando a inflação. Mais ainda, seria demagógico, por legislar benefícios sociais incompatíveis com a capacidade da economia em mantê-los:

É supérfluo repetir que o populismo, não só não conseguiu melhorar o padrão de vida operário, – pois que a espiral de preços anulou as altas salariais – como diminuiu as oportunidades de emprego, pela estagnação econômica. O desenvolvimentismo é sem dúvida parte de verbiagem populista; mas apenas da verbiagem... porque o distributivismo ingênuo e precoce do populismo salarial reduz a capacidade de investimento da economia e, portanto, sua taxa de desenvolvimento (Campos, 1969: 200-201).

As possíveis conseqüências econômicas negativas das eleições em

democracias representativas com fortes desigualdades não poderiam ser esquecidas. Esta preocupação estava presente em Campos. Ele enxergava dificuldades em se montar políticas fiscais rígidas em ambientes democráticos¹³. A necessidade de se legitimar, pelo voto popular, políticas públicas e ações fiscais que evitassem a inflação, dificilmente consegue vencer as atraentes promessas populistas:

Mas existe, sim, uma causticante questão política: é se os processos eleitorais normais de democracia representativa são compatíveis com as tarefas de aceleração do desenvolvimento, e, sobretudo, do controle da inflação. A tarefa do desenvolvimento exige a acumulação de capital e, portanto, a contenção do consumo. A desinflação é coisa ainda mais séria, pois pode exigir uma temporária redução do consumo real. Nenhuma dessas coisas provoca entusiasmo eleitoral (Campos, 1967: 82).

Acredito que Campos enxergava um componente cultural na atração exercida, sobre nossa sociedade, pelo populismo salarial, ao qual chama de “enquistamento de ilusões” (Campos, 1969: 202). Através de um processo de alheamento à realidade e às evidências de tentativas passadas, o assalariado esperaria, em cada novo reajuste, que, por algum milagre, não se repetisse a experiência anterior de rápida perda do valor aquisitivo do salário pela alta de preços. Concomitantemente, o político via no populismo salarial uma solução duplamente agradável, pois se dispensava da impopularidade de tributar, ou de exigir produtividade no trabalho, e dividia fartamente gordas fatias de um bolo

¹³ Esta preocupação foi alvo de análise por parte de um dos mais influentes pensadores do liberalismo contemporâneo. James McGill Buchanan (1919-) nasceu nos Estados Unidos e recebeu o prêmio Nobel de Economia de 1986. Seus trabalhos chamaram a atenção para a importância de se levar em consideração a forma pela qual o interesse pessoal dos políticos afeta as decisões de política econômica dos governos. A teoria da Escolha Pública (*Public Choice theory*), da qual Buchanan é um dos mais conhecidos estudiosos, utiliza as ferramentas usadas nos estudos modernos de Economia para analisar problemas e questões que, originalmente, estavam apenas no âmbito da Ciência Política. Buchanan argumenta que para compreender as políticas governamentais deve-se olhar para as estruturas que regulam as decisões políticas. Um interessante exemplo prático do pensamento da teoria da Escolha Pública seria a explicação da construção de um orçamento deficitário. Buchanan considera que a Escolha Pública está apoiada no senso comum, e este diz que um político é bastante parecido com cada um de nós. Um político que almeja conseguir, ou manter, um cargo, tem responsabilidades, como de fato deve ter, com o seu eleitorado. Ele deseja ir às suas bases e dizer-lhes que ele diminuiu os impostos que eles pagam, ou que lhes trouxe benefícios. Coloquemos isto na política econômica e encontramos a natural tendência que um político tem para criar déficits. Para Buchanan, a revolução econômica keynesiana deu aos políticos a desculpa que eles precisavam para os déficits. E com isso vieram as licenças para déficits e irresponsabilidade fiscal: “*Why didn't we have deficits before? You see, the Keynesian economic revolution gave the politicians an excuse for deficits. You give politicians half an excuse; they play out this natural proclivity*” (Buchanan, 2007). Para um melhor entendimento

imaginário. Este comportamento social se traduzia em políticas que Campos condenava e se sentia impotente para impedir, mesmo participando do governo:

Nos vários níveis de Governo, a um empreiteiro “populista” que faz obras e não paga contas, sucede com intervalo variável, segundo a tolerância social à desordem financeira, um contador fiscalista e macambúzio, a quem cabe arrochar o cinto. [...] Vamos ao movimento pendular entre empreiteiros populistas e contadores fiscalistas. O mais preclaro exemplo dos últimos tempos foi o do empreiteiro Kubitschek, indiscutivelmente uma pilha de simpatia humana. Lançou-se em obras além do que previa o “programa de metas”, o qual, aliás, pressupunha, pelo menos na concepção de seus autores – o Dr. Lucas Lopes e este humilde escriba – a execução paralela de um programa de disciplina monetária e de reforma cambial. Entretanto, só o programa de investimento tinha “sex appeal”. Quanto ao resto, foi relegado ao “sábio e salutar esquecimento” (Campos, 1967: 71).

Assim sendo, o desenvolvimentismo populista encontraria o beneplácito dos agentes econômicos: “O que há de perturbador em tudo isso é a popularidade do empreiteiro alegre, e a total indiferença do povo pela fadiga honesta do contador. A irresponsabilidade assume colorido de heroísmo. A decência fiscal é prova de mesquinhez” (Campos, 1967: 74). Campos enxergava o perigo do retorno das ações de viés populista anteriores ao movimento militar. Elas estariam fortemente introjetadas na sociedade brasileira e fazia-se necessário estar atento a este fenômeno. As preocupações abaixo explicitadas enfatizam a força dos argumentos eleitorais de cunho populista existentes mesmo dentro de um regime autoritário:

Vejo mobilizarem-se pressões – a que os novos governantes saberão sem dúvida resistir – em favor da volta ao palco de antigos fantasmas. A ressurreição do assistencialismo, traduzido no congelamento de tarifas e preços, e no regime de subvenções, que disfarçam porém não eliminam o custo real dos serviços, e atenuam os encargos do presente à custa da criação de escassez futura. A ressurreição do distributivismo precoce, que promete reajustamentos salariais além do permitido pelo crescimento da produção e da produtividade, sancionando o nível anterior de inflação ao invés de reduzi-lo, ou que busca fórmulas mágicas de expandir crédito sem a formação de poupança (Campos, 1967: 296)¹⁴.

O planejamento centralizado era vitorioso nos anos 50, tanto na

acerca do conceito de Escolha Pública e dos argumentos de Buchanan contra o keynesianismo, ver Buchanan, J. M.; Tullock, G. (1971) e Buchanan, J. M. (1993).

¹⁴ Discurso proferido no Hotel Copacabana Palace, Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1967, por ocasião da comemoração de seu quinquagésimo aniversário.

Academia, quanto nas políticas públicas. Contra ele, os liberais se posicionaram enfaticamente. Segundo sua lógica, todos planejamos, e o fazemos baseados em nosso próprio conhecimento das condições que nos cercam. No entanto, argumentam, existem muito mais informações úteis e disponíveis no conhecimento disperso na sociedade do que jamais poderia ser coletada por uma agência de planejamento centralizada¹⁵. Apesar de, durante a década de 50, Campos ter feito parte dos pensadores que viam na industrialização acelerada por um Estado planejador um meio para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento, já em 1961 apontava para dúvidas quanto à eficácia do modelo desenvolvimentista. Ao mesmo tempo em que criticava a CEPAL, “sempre movida (coitada!) pela preocupação construtiva de dar cobertura teórica às imprudências dos Governos da região” (Campos, 1964: 89), atacava os que acreditavam que o desenvolvimento poderia ser conseguido sem maiores preocupações com a inflação:

Ora, se alguma lição é lícito tirar das estatísticas, é precisamente que a inflação brasileira não tem sido “desenvolvimentista”. Pois nos últimos 12 anos, à medida que se acelerava a taxa de inflação, diminuía o ritmo de formação de capital fixo, o qual, não sendo único, é o mais decisivo elemento de desenvolvimento (Campos, 1964: 90)¹⁶.

E, em 1994, fazia uma confissão aberta de seu arrependimento por admitir uma economia centralmente planejada durante parte de sua vida, por ocasião do evento *1964 – 30 Anos Depois*, realizado em março de 1994, na

¹⁵ A estrutura das atividades humanas pode, segundo Hayek, ser considerada de duas maneiras distintas, as quais levarão a conclusões diametralmente opostas, quando se encara a questão da possibilidade ou não de serem alteradas intencionalmente. A perspectiva construtivista afirma que as instituições humanas só servirão aos propósitos humanos caso tenham sido criadas intencionalmente para este fim. A outra perspectiva é a de que a ordenação da sociedade não se deveu a instituições e práticas inventadas ou criadas para este fim, mas que, ao contrário, resultou de um processo no qual, práticas a princípio adotadas por outras razões ou mesmo por acaso, foram preservadas por terem permitido ao grupo em que surgiram sobressair-se em relação aos demais. Em oposição ao racionalismo construtivista, por ele rejeitado, Hayek sugere a expressão racionalismo evolucionista. “A propriedade característica do racionalismo construtivista é, antes, a de não aceitar a abstração – a de não reconhecer que os conceitos abstratos são um meio de fazer face à complexidade do concreto, que a nossa mente não é capaz de dominar por inteiro. O racionalismo evolucionista reconhece as abstrações como o meio indispensável à mente para enfrentar uma realidade que ela é incapaz de compreender por completo” (Hayek, 1985 I: 29 e 30). Com esta denominação (a de racionalismo evolucionista) acredito que Hayek poderia estar delineando uma postura que permitisse combinar a noção de uma modificação racional das instituições com a possibilidade de expô-las a um ambiente no qual elas poderiam ser desafiadas por instituições alternativas, que poderiam lhes ser qualitativamente superiores.

¹⁶ Artigo publicado no *Correio da Manhã* em 01 de junho de 1961.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro:

Nessa época eu era acometido de ímpetos juvenis de planejamento. Superestimava enormemente a capacidade da tecnocracia de intuir o futuro e guiar a sociedade. [...] Foi então que surgiu uma grande controvérsia entre dois grandes amigos, eu e o professor Eugenio Gudín. Ele tinha horror à palavra planejamento. [...] Hoje, acho que ele estava perfeitamente certo (Campos, 1994: 57).

4.5.

Considerações finais

Gudín, Bulhões e Campos foram não somente estudiosos da Economia, mas também extremamente atuantes na vida pública. Alguns de seus artigos e trabalhos são peças de argumentação política, e refletem a conjuntura da época. Sua preocupação com o populismo estava centrada nos males que viam no populismo econômico, e este era um problema, no seu entender, nos anos de democracia do pós-guerra.

Haveria, naquela ocasião, no Brasil, condições para que o populismo econômico florescesse. Em primeiro lugar, as vozes que ousavam combater o keynesianismo eram débeis. A pujança do *Welfare State* no Ocidente industrializado, e do planejamento centralizado na União Soviética e seus satélites, facilitavam a aceitação dos discursos de políticos que propunham ações desenvolvimentistas, através de promessas eleitorais sem preocupações orçamentárias, e que resultavam em um continuado endividamento. Era a época de ouro do planejamento e as empresas estatais, atuando em “segmentos estratégicos”, ganhavam vida e força. Ademais, eleições se ganham com votos, e os eleitores em países com profundas desigualdades sociais, como o Brasil não se deixavam seduzir por programas ligados à responsabilidade fiscal quando confrontados com aqueles que lhe prometiam empregos e redistribuição de renda.

Estava evidente, para os pensadores estudados neste capítulo, que o projeto desenvolvimentista havia se tornado um óbice que precisava ser eliminado. Barreiros afirma que, para eles:

Não haveria condições para resolução do impasse econômico criado pelos

governos “populistas” se preservados os marcos do Projeto Desenvolvimentista. Em linhas gerais, somente a ruptura com a estratégia de crescimento praticada desde 1930 permitiria um recomeço em bases “racionalis” e “eficientes” (Barreiros, 2008: 6).

As idéias econômicas da CEPAL eram o alvo principal das críticas dos nossos liberais econômicos. Para os intelectuais cepalinos, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se decorresse de planejamento e de estratégia, sendo o Estado o principal agente. Na América Latina não haveria condições de se aguardar que o desenvolvimento viesse através do jogo do mercado. Conforme afirmava Prebisch:

A América Latina tem que acelerar seu ritmo de desenvolvimento econômico e redistribuir renda em favor das massas populares. O cumprimento deste objetivo não poderá dilatar-se indefinidamente; nem caberia esperar que o desenvolvimento econômico se apresentaria e logo sobreviria, como consequência natural, o desenvolvimento social. Ambos devem cumprir-se de modo compassado. Para consegui-lo, é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados (Prebisch, 1964: 20).

A oposição entre monetaristas e desenvolvimentistas pode ser vista como uma das mais importantes do período estudado. Embora não concordassem completamente, durante algum tempo, com a ênfase na negação ao planejamento e à ação motora do Estado (como vimos, Campos acreditou, por algum tempo nas possibilidades de êxito de um planejamento com viés tecnocrático), nossos liberais combatiam o desenvolvimentismo cepalino, o qual, na então conjuntura, tinha forte apelo político.

O distributivismo e a indisciplina fiscal estão nos fundamentos do populismo econômico. Este crê que podem ser alcançados, com relativa facilidade, o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda por intermédio do aumento dos investimentos, dos gastos sociais do Estado, e dos salários. De acordo com os pensadores aqui estudados, as consequências serão o déficit público, a crise fiscal e a inflação. Eles condenaram a irresponsabilidade com que o gasto dos governos foi tratado pelos regimes ditos populistas, bem como denunciaram a intromissão de critérios políticos na definição destes gastos. À luz destes pensamentos, podemos entender o populismo econômico como uma política que dá ênfase ao crescimento econômico e à redistribuição de renda, ao

mesmo tempo em que ignora (ou não se preocupa com) a inflação, o déficit orçamentário e a reação dos agentes econômicos às políticas não direcionadas ao mercado. Assim sendo, a questão do populismo é fundamental para entender a economia do setor público (como também as do setor privado, uma vez que alteravam as expectativas e traziam insegurança aos investidores) no período considerado.

Gudin, Bulhões e Campos viam, com clareza, a dificuldade de se conquistar “corações e mentes” da nossa desigual sociedade para um discurso que prometia trabalho árduo e recompensas em longo prazo, em oposição a um em que tudo se resolveria após a próxima eleição. Afinal, existiam condições que, ao invés de diminuir a força do populismo, trabalhavam no sentido da sua expansão. Uma delas era o constante crescimento das massas urbanas, trazendo para as cidades um formidável contingente de indivíduos aptos a votar e sedentos por melhores condições de vida. A tradicional extrema desigualdade da nossa sociedade seria um catalisador que favoreceria o fenômeno.

Esta constatação empírica fez com que, tanto Campos como Gudín, por vezes, demonstrassem impaciência para a necessidade de ter que se percorrer um longo caminho pela via democrática em um país com tamanhas desigualdades. E viam as eleições diretas para a Presidência da República como um complicador para a implantação das políticas públicas que julgavam necessárias. Gudín diz:

Se temos uma pessoa enferma delegamos a um médico o tratamento; se queremos fazer uma estrada ou uma ponte chamamos um engenheiro; se queremos organizar o ensino recorremos a um grupo dos maiores mestres. Entretanto, quando se trata da tarefa, muito mais delicada, de escolher um homem com os extraordinários predicados necessários à difícil missão de Presidente da República, julgamos que ela pode ser entregue ao homem da rua, que em sua maioria é, por culpa nossa e de nossos antepassados, lamentavelmente despreparado. Despreparado para escolher, como para resistir às pressões da demagogia, da corrupção e da emoção (Gudin, 1969: 72).

Campos também se declarou a favor das eleições indiretas:

O grau maior de mobilização popular para as campanhas presidenciais talvez date da chamada “campanha civilista”, de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca. Desde então, as eleições diretas passaram a ser fatores de excitação personalista, de barganhas impeditivas da coerência de comando, de formação de lideranças ressentidas, que não sabem utilizar a vitória e não consentem em aceitar a derrota (Campos, 1967: 96).

Não vejo, nestas declarações, um apoio à ditadura. São, no entanto, lamentos com relação à dificuldade de se conseguir, em uma sociedade com nossas desigualdades, no período considerado, apoio a candidatos que prometessem apenas trabalho árduo.